tipo de proposição

número da proposição

REQUERIMENTO Nº , DE **2006** ano da proposição

(Do **Sr. Xico Graziano**)

autor da proposição

ementa

Requer a tramitação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 6.855, de 2006.

Senhor Presidente:

proposição relacionada

Requeremos a V. Ex^a. seja revisto o despacho exarado em 20 de abril de 2006, relativo à tramitação do **PL nº 6.855, de 2006**, de autoria do requerente e de outros oito deputados. No referido despacho e no **Ofício nº. 975/2006/SGM/P** informa-se que a proposição conteria matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, contrariando assim o disposto no artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Federal (art. 137, § 1º, inciso II, alínea "b", do RICD).

documento relacionado

A essa tese, temos a contrapor o seguinte:

1. a proposição em tela tem por fulcro **autorizar** o Poder Executivo a criar a Comissão Nacional da Agropecuária (CONAGRO) e o Tribunal Administrativo para Controvérsias do Agronegócio (TACA), ou seja, trata-se de iniciativa legislativa que oferece àquele Poder proposta de estruturas administrativas e as diretrizes para a formulação e avaliação das políticas para o desenvolvimento do agronegócio e para a solução de conflitos entre a Administração Pública e os interesses de particulares, entre outras;
2. por uma questão de isonomia de critérios, o PL nº 6.855, de 2006, não deveria ser impedido de tramitar; outros projetos de lei de caráter autorizativo receberam despacho favorável da Mesa Diretora à sua tramitação, em 2006; um exemplo é o PL 6.941/2006, proposto pela Deputada Alice Portugal (PC do B - BA), que *“autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal da Região Metropolitana de Salvador, no Estado da Bahia, e dá outras*

providências”, despachado pela Mesa Diretora à Coordenação de Comissões Permanentes em 4/5/2006;

3. projetos de lei de caráter autorizativo têm sido aprovados no Senado Federal, inclusive quanto à sua constitucionalidade, e tramitam nesta Casa; um exemplo é o PL nº 6.802, de 2006 (PLS nº 299/2004), de autoria do Senador Paulo Paim, que *“autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua e dá outras providências”*;
4. Para ilustrar este nosso requerimento, elenco as razões que levaram a douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal a decidir favorável à Consulta formulada pelo Senador Lúcio Alcântara, visando obter orientação referente aos projetos de lei autorizativa:

“...Conclusões

Descabe a impugnação de toda e qualquer lei dita autorizativa, em geral, sob a análise de sua constitucionalidade e juridicidade. As leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias têm apoio doutrinário, jurídico e legal, encontrando confirmação jurisprudencial quanto à sua essência, à sua formação, motivo pelo qual se recomenda a sua admissibilidade.

Assim exposta a questão geral, podem ser firmadas as seguintes conclusões em respostas às questões formuladas:

- 1) Quanto à natureza jurídica do projeto de lei autorizativa, trata-se de projeto de lei como qualquer outro, com a peculiaridade de ser autorizativo e não imposto.
- 2) Positivamente, todo e qualquer projeto de lei autorizativo tem por escopo conceder autorização ao Poder Executivo para exercer a competência que lhe é própria e privativa, sem contradição, em face dos motivos já expostos.
- 3) Obviamente, esse tipo de lei é possível de sanção. Nada exclui de sanção nem de veto.
- 4) Quanto à promulgação, e conforme o previsto no art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e

votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

5) Quanto à possibilidade de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, e pelos motivos expostos, esse tipo de lei não é passível de semelhante arguição.

6) Pelos fundamentos já enunciados, não há, em princípio, vício de iniciativa. Cumpre, entretanto, observar que o Supremo Tribunal Federal tem súmula nº 5, asseverando que “a sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo”.

7) O efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência. Os Poderes são autônomos, porém harmônicos, o que permite procedimento conjugado.

Por fim, apelo também ao espírito democrático de Vossa Excelência, a fim de que conceda a esta Casa a oportunidade de discutir em audiências públicas, seminários etc, com representantes da sociedade e do governo, esse assunto tão importante para a agropecuária brasileira, pois esta é uma das poucas formas de ampliar o debate sobre a matéria e escrever, com maior profundidade e assertiva, um projeto que certamente contribuirá, independente de quem estiver no poder, para evitar que o agronegócio brasileiro viva eternamente em crises cíclicas.

Com base no exposto, solicitamos a V. Ex^a. seja revisto o despacho de distribuição do Projeto de Lei nº 6.855, de 2006, para que este tramite nesta Casa e, assim, possa alcançar os elevados propósitos a que se destina.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2006.

local da assinatura do documento

data da assinatura do documento

Deputado Xico Graziano

PSDB/SP

partido político
UF de representação

autor do requerimento